António Costa quer consenso para impor reordenamento florestal e travar eucalipto

29 de Junho, 2017

O primeiro-ministro defendeu ontem um amplo consenso político para uma reforma estrutural que imponha um reordenamento da floresta, tornando-a rentável do ponto de vista económico, e que ao mesmo tempo limite a expansão do eucalipto, referiu a Lusa. António Costa falava no debate quinzenal parlamentar dedicado sobretudo às causas e consequências do incêndio que deflagrou no passado dia 17 em Pedrógão Grande, no distrito de Leiria, do qual resultaram 64 mortos.

Apesar de questionado pelo porta-voz do PS para as questões dos incêndios, o deputado Jorge Lacão, se algum partido tinha ficado de fora das reuniões de terça-feira em São Bento, numa alusão ao PSD, o primeiro-ministro optou por não responder, evitando assim a partidarização daquele debate parlamentar, cuja primeira parte decorreu num ambiente de elevada serenidade.

O primeiro-ministro centrou antes a sua resposta ao PS nas questões de fundo que se colocam às florestas para evitar a prazo novas tragédias resultantes de incêndios florestais. “Para que a floresta seja uma riqueza não pode ser aquilo que hoje é. Todos sabemos como se desenvolveu a história da mutação da nossa floresta, mas agora temos de refazer essa história. Essa é uma missão da nossa geração à qual não podemos renunciar”, disse, defendendo como tese de fundo a necessidade de uma verdadeira reforma estrutural neste setor.

António Costa advertiu depois que, caso se deixe que a natureza trabalhe por si, então voltar-se-á a assistir a incêndios em territórios que já arderam há alguns anos. “Temos de ter a capacidade de impor o reordenamento da floresta, criar escala para que a floresta possa ser um valor económico que se pague a si próprio, que gere riqueza e que ajude a revitalizar o interior. Neste regime de micro e míni propriedade nunca haverá qualquer forma de rentabilização da floresta”, reforçou o líder do executivo.

Entre outras mudanças, António Costa falou na necessidade de criação de entidades de gestão privadas, associativas ou de base municipal da floresta, “porque atomização da propriedade nem sequer paga a limpeza das matas”. “Temos de ter também uma limitação da expansão do eucalipto, não porque o eucalipto seja o diabo, mas porque é preciso um ordenamento que permita uma boa combinação das diferentes espécies florestais. Temos de ser capazes ainda de impor as barreiras de proteção de habitações ou de povoações para que exista uma descontinuidade do combustível, tendo em vista facilitar o combate aos incêndios”, prosseguiu o primeiro-ministro.

No plano político, António Costa disse apenas que tem recebido propostas “ótimas de quase todas” as forças políticas e falou em “espírito de consenso nacional”. “Poderão contar da parte do Governo com toda a colaboração,

empenho, informação e lealdade para não desperdiçarmos esta oportunidade de termos uma reforma florestal que seja efetivamente estrutural e que contribua para a revitalização do interior. Se o fizermos, honramos a memória daqueles que nunca poderemos esquecer e que perderam a vida nestes incêndios”, acrescentou.